



A RETÓRICA DO NEOLIBERALISMO NA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO FOUCAULTIANA.

Lara Thaline da Silva Bacelar¹

Leonard Christy Souza Costa²

Resumo: Este projeto de pesquisa intitulado "A retórica do neoliberalismo na reforma educacional brasileira: uma análise de discurso foucaultiana" propõe uma reflexão sobre o discurso neoliberal na reforma educacional brasileira, utilizando a teoria e a metodologia de Michel Foucault. O objetivo geral é investigar como as políticas educacionais brasileiras foram influenciadas pelos princípios do neoliberalismo, a partir da análise dos discursos produzidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela formulação e implementação dessas políticas. Para alcançar esse objetivo, serão definidos quatro objetivos específicos: (1) identificar as principais mudanças na política educacional brasileira nas últimas décadas, (2) analisar os discursos dos órgãos governamentais relacionados à educação, (3) examinar como as noções de mercado e competitividade foram introduzidas no discurso educacional e (4) avaliar as consequências dessas mudanças na prática educativa e na sociedade em geral. A metodologia adotada será a análise de discurso foucaultiana, utilizando técnicas de arqueologia e genealogia, com base em um corpus constituído por documentos oficiais, leis, normas, relatórios e discursos públicos. O projeto será desenvolvido em seis etapas, incluindo revisão bibliográfica, definição e delimitação do objeto de estudo, coleta e análise de dados, discussão dos resultados, redação do relatório final e apresentação e defesa da pesquisa. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para o debate sobre o papel da educação na sociedade contemporânea e para o desenvolvimento de políticas educacionais mais justas e igualitárias.

Palavras-chave: Michel Foucault; Neoliberalismo; Discurso governamental; Políticas educacionais brasileiras.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a retórica do neoliberalismo na reforma educacional brasileira, onde faremos uma análise profunda sobre os fatores relacionados a este tema tão importante para professores e alunos ingressantes nesta reforma, há muito se houve falar desta reforma o que tem levantado muitas dúvidas e gerado protestos. Por exemplo, como este modelo de reforma poderá trazer melhorias para o nosso sistema educacional, quem está por trás da reforma, nosso sistema educacional tem estruturas para este novo modelo entre outras lacunas que faltam ainda ser respondidas. Portanto, para delinear a pesquisa, faremos uma breve explanação sobre o neoliberalismo, e como ele tem influenciado a reforma educacional brasileira, faremos também uma análise da estrutura da reforma e quais as mudanças que ela traz em relação ao que já vivenciamos

¹Graduanda (o) do Curso de Língua e Literatura Inglesa da Universidade Federal do Amazonas, Ufam, Amazonas, Brasil. E-mail: lara.bacelar@ufam.edu.br

²Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Professor do Curso de Língua e Literatura Inglesa da Universidade Federal do Amazonas, Ufam, Amazonas, Brasil. E-mail: leonardchristy@ufam.edu.br



nas escolas públicas. Levando em consideração a LDB (lei de diretrizes e bases da Educação) e o PNE (Plano nacional de Educação), e outras mais.

Sendo que o principal objetivo deste trabalho é analisar como as políticas educacionais brasileiras foram influenciadas pelos princípios do neoliberalismo, a partir da análise dos discursos produzidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela formulação e implementação dessas políticas. Para alcançar esse objetivo, serão definidos quatro objetivos específicos: (1) identificar as principais mudanças na política educacional brasileira nas últimas décadas, (2) analisar os discursos dos órgãos governamentais relacionados à educação, (3) examinar como as noções de mercado e competitividade foram introduzidas no discurso educacional e (4) avaliar as consequências dessas mudanças na prática educativa e na sociedade em geral.

A TEORIA DO NEOLIBERALISMO:

O termo neoliberalismo conectado às ideias do liberalismo clássico², ganhou destaque na metade do século XX, pensadores como Adam Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo, influenciam certos princípios que frequentemente estão associados a esse conjunto de ideias e políticas econômicas.

Segundo Oliveira e Silva (2012), a visão de Adam Smith e da escola clássica destaca a liberdade autônoma na economia, refere-se ao aprimoramento individual em decorrência das decisões, que promovem a dinâmica e parcialmente refletem sobre a sociedade econômica. Condiz a livre concorrência, estimulando a qualidade do produto e impulsionando a eficiência do mercado. Indica um equilíbrio estatal, sejam essas intervenções, transparente e justas, desempenhando um papel de regulador sem demasiadamente implicar nas questões que respeitam a liberdade de mercado.

A teoria econômica que submete a autorregulação, sobre os pensamentos de David Ricardo deixam explícitos a condução da atividade sem a constância estatal, impondo que o mecanismo de se autoajustar e eficiente, surgindo uma breve intervenção quando esse mecanismo natural falhar.(Ricardo, 1996 *apud* Oliveira; Silva, 2012).

A teoria dos keynes corroboram as incerteza do retorno do investimento, dada as condições futuras dentro do mercado que acumulam a rentabilidade dos investimentos iniciais, sobre tal justificativa, declara a intervenção estatal na partilha de ônus, encorajado os setores privados a investir, em seus próprios recursos, contribuindo para



uma redução significativa da volatilidade, desse modo o governo não mais passaria a ser um participante passivo e sim ativo, criando condições favoráveis ao investimentos privados, onde a crescente dispararia a demanda econômica. (Keynes, 1983 *apud* Oliveria; Silva, 2012). Como foi possível perceber o neoliberalismo é bem complexo o que pode gerar muitas interpretações e críticas diferentes, ele promove a liberdade individual (capacidade empreendedora), em contrapartida o Estado tem um papel limitado concentrando-se apenas em garantir os direitos de propriedade entre outros, um ponto importante para dar ênfase é que o neoliberalismo desencorajar intervenções estatais extensas em áreas como a educação, saúde, segurança social e meio ambiente, a menos que seja considerado estritamente necessário para garantir o funcionamento adequado dos mercados. Neste ponto que trago como o neoliberalismo chegou ao Brasil

“Com o fim da ditadura militar, o Brasil precisava acabar com o principal problema econômico: a inflação. Também a indústria brasileira se encontrava defasada em relação ao avanço tecnológico de outros países ocidentais. Para isso, Collor de Mello propõe a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais. Essas medidas ficaram conhecidas como o Plano Collor. A fim de abrir o Brasil aos mercados internacionais, o país participou da fundação de alguns blocos econômicos regionais como o Mercosul. No entanto, devido às acusações de corrupção e ao impeachment sofrido em 1991, o presidente Collor não pode concretizar suas ideias. Desta maneira, o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência, e chama o senador Fernando Henrique Cardoso para ser Ministro da Fazenda. Nesta pasta, Cardoso delineou o Plano Real que acabou com a inflação no Brasil e estabilizou a economia”. (BEZERRA, Juliana, 2023)

Foi possível perceber que a reforma do neoliberalismo foi uma resposta, para o cenário em que o Brasil se encontrava em 1994, cheio de dívidas e a presença da inflação, o Brasil teve que ter uma resposta rápida, nas primeiras eleições que ocorreram, depois do golpe militar. Então como o neoliberalismo se apresenta na educação brasileira?

O neoliberalismo está presente na educação através de visões manipuladoras disfarçadas de ideias inovadoras, ou seja, com reformas que favorecem um lado social. Alguns teóricos como Michael W. Apple (2010), que acredita que é criado um senso comum, através de um trabalho ideológico e de longo prazo, que visa a desqualificação dos serviços públicos, levando as pessoas a acreditar que:

[...] que tudo que é público é ‘ruim’ e o que é privado como ‘bom’. E qualquer um que trabalhe nessas instituições públicas deve ser visto como ineficiente e necessitado da sensata realidade da competição, para que trabalhe



mais horas e mais arduamente. Desta forma, os funcionários públicos passam a ser vistos pelo imaginário social como ineficazes, usurpadores do dinheiro público e a ter seu trabalho controlado externamente, e intensificado por pessoas que os criticam sem piedade, sobretudo como no caso das grandes corporações, enquanto esses mesmos negócios descartam suas próprias responsabilidades sociais ao pagarem pouco ou nenhum imposto [...] (p.41-42).

O autor deixa claro que o neoliberalismo muitas vezes promove a ideia de que a educação é uma mercadoria, sendo a privatização a melhor saída é que os princípios de livre mercado podem melhorar a eficiência e a qualidade do sistema educacional. Por isso, muitas instituições privadas trabalham em cima das áreas mais desejadas pelo seu público, e busca promover currículos mais voltados para as necessidades do mercado de trabalho. O presente trabalho aborda questões relacionadas à desigualdade, acesso e o impacto na equidade educacional, embora não seja focado nesses temas.

Nosso trabalho principal é compreender como os princípios básicos da análise de discurso foucaultiana, podem nos ajudar a entender como a retórica do neoliberalismo na reforma educacional brasileira, funcionou ou está funcionando. O estudo dos discursos em uma sociedade não é apenas uma análise das palavras proferidas, mas uma exploração das complexas relações de poder que permeiam a produção e disseminação do conhecimento. Segundo Isabel (2019), diz que o “discurso em Foucault é uma dimensão de produção da realidade social, e não uma mera reunião de enunciados no sentido exclusivamente linguístico, de atos de fala ou de escrita”. Michel Foucault, renomado filósofo e teórico social, propôs uma abordagem única para a análise de discurso que vai além da superfície das palavras, mergulhando nas estruturas profundas de poder que moldam as práticas discursivas. Para Foucault é uma prática sócio-histórica que só emerge ou se explicita mediante o exercício da análise (Isabel, 2019).

A Reforma Educacional Brasileira

A reforma educacional brasileira, em particular a reforma do novo ensino médio, é um tema de grande relevância e impacto nas vidas de alunos e professores em todo o país. Esta reforma, amplamente discutida nos últimos anos, introduz significativas mudanças na estrutura curricular e na distribuição das cargas horárias no ensino médio. No decorrer



deste trabalho, exploraremos em detalhes o que é e como funciona esta reforma, destacando as suas principais características e implicações.

"O Novo Ensino Médio é a reformulação da distribuição das grades horárias e das disciplinas ministradas no nível médio da educação brasileira. Após as mudanças aprovadas em 2017, o Ministério da Educação encaminhou um novo projeto de lei para o Poder Legislativo, PL 5230/2023, que passou pela Câmara dos Deputados no dia 20 de março de 2024. Entre os objetivos da proposta está a adequação das alternativas de formação à realidade das escolas. Inclusive, a carga horária da formação geral básica será 2.400 horas para alunos que não optarem pelo ensino médio técnico."(VECHI, Tiago, 2024)

Como podemos perceber, a reforma do novo ensino médio trouxe muitas mudanças, tanto para alunos como para professores. Segundo Vechi (2024), enquanto a carga horária geral continua a ser de 3.000 horas distribuídas nos três anos do ensino médio, as 600 horas remanescentes serão preenchidas de acordo com a escolha do aluno pelos itinerários formativos.

Como analisado por Vechi (2024), a reforma não só modifica a estrutura do ensino médio, mas também promove a expansão do ensino técnico profissionalizante e a educação em período integral. Com essas mudanças, espera-se uma adequação mais efetiva às necessidades dos estudantes e uma preparação mais robusta para os desafios futuros, refletindo um esforço contínuo para melhorar a qualidade e a pertinência da educação brasileira. Ao entender e discutir essas reformas, poderemos avaliar suas potencialidades e desafios, contribuindo para um debate mais informado e construtivo sobre o futuro da educação no Brasil.

METODOLOGIA

Este cunho artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa, intermediário nos estudos retóricos que trata do neoliberalismo, na reforma educacional brasileira. Tendo como seu principal objetivo desarticular uma análise nos fatores escolhidos para serem argumentados, citando seus principais atores envolvidos na educação. Para atingir tal objetivo, delineamos uma metodologia composta por várias etapas interligadas.

Inicialmente, por uma revisão bibliográfica ampla. Essa revisão permitiu examinar estudos anteriores sobre o neoliberalismo na educação, as políticas educacionais implementadas no Brasil e as teorias críticas da educação. Buscando sempre



compreender as diferentes perspectivas teóricas e identificar lacunas no conhecimento existente, fornecendo uma base sólida para a pesquisa.

Nesse processo houve a construção de uma tabela para desmaterialização dos conceitos essenciais da pesquisa. Para realizar essa análise abrangente, a metodologia adotada será fundamentada na abordagem de discurso foucaultiana, empregando técnicas de arqueologia e genealogia. A escolha desta abordagem não apenas permite uma desmontagem crítica dos discursos, mas também oferece uma perspectiva profunda sobre os processos históricos que deram forma a essas manifestações linguísticas.

1. Coleta de Dados para Análise:

O corpus de análise será constituído por documentos oficiais, leis, relatórios e discursos públicos, oferecendo uma ampla gama de fontes que capturam a multiplicidade de vozes envolvidas no processo de formulação e implementação de políticas educacionais para documentar as transformações ao longo do tempo. Para tanto, será feita uma organização cronológica das informações coletadas para identificar momentos-chave nas mudanças da política educacional. Isso permitirá compreender como os princípios do neoliberalismo foram progressivamente incorporados ao cenário educacional brasileiro. O foco principal é a identificação de padrões linguísticos que revelam a influência dos princípios do neoliberalismo nas políticas educacionais.

No contexto educacional, por exemplo, as reformas neoliberais frequentemente promovem a introdução de princípios de mercado na gestão das escolas, a avaliação baseada em desempenho, a competição entre instituições educacionais e a privatização de certos serviços educacionais. Essas reformas são justificadas sob o argumento de que introduzem eficiência, aumentam a qualidade e reduzem os custos através da concorrência e da escolha. Para a análise de discurso foucaultiana, essas reformas podem ser vistas como mecanismos de poder que reconfiguram as relações sociais e institucionais, promovendo uma forma de governança que alinhe as instituições educacionais aos imperativos do mercado. Michel Foucault argumenta que "o discurso é uma prática que sistematicamente forma os objetos de que fala" (FOUCAULT, 1972, p. 49), e no caso do neoliberalismo, o discurso constroi uma realidade onde a lógica de mercado é naturalizada e hegemonicamente aceita. Portanto, o discurso neoliberal, com suas reformas e políticas, se configura como um conjunto de práticas e narrativas que



moldam a forma como a sociedade entende e organiza a economia, a política e, por extensão, setores específicos como a educação. Sabe-se que o discurso neoliberalista é um discurso econômico-político, a economia desempenha um papel crucial na tomada de decisões em diversos setores, afetando desde políticas públicas até estratégias empresariais. As condições econômicas influenciam as prioridades e escolhas dos governos, empresas e indivíduos, moldando o desenvolvimento de sociedades inteiras. Por exemplo, em tempos de recessão, os governos podem optar por implementar políticas de austeridade para controlar déficits orçamentários, enquanto em períodos de crescimento, podem investir em infraestruturas e serviços públicos. A teoria econômica desenvolvida por Keynes (1985), sugere que aumentar os gastos públicos durante períodos de recessão pode ajudar a estimular a demanda agregada e impulsionar a economia, ao contrário de políticas de austeridade. Trabalhadores mais educados tendem a ser mais produtivos, o que impulsiona o crescimento econômico a longo prazo (Keynes, 1985).

Eixo de Mudanças na Política Educacional

Nos últimos anos, o Brasil implementou várias reformas educacionais que refletem aspectos da ideologia neoliberal. Na tabela a seguir estão algumas das principais reformas e políticas educacionais que foram introduzidas nas últimas décadas, ela nos auxiliará na identificação das principais mudanças na política educacional brasileira nas últimas décadas:

Tabela 1 – Eixo de Mudanças na Política Educacional



Eixo de Mudanças na Política Educacional		
Ano	Nome	Sigla
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	(LDB)
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	(LDB)
1968	Reforma Universitária de 1968	
1971	Lei 5.692/1971	
1996	Constituição de 1988	
2001	Plano Nacional de Educação	(PNE)
2017	Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017)	
2020	Novo Fundeb	(FUNDEB)
2004	Parcerias Público-Privadas	(PPPs)
2011	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	(Pronatec)
-	Programas de Avaliação em Larga Escala	(SAEB E ENEM)
2012	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa	(PNAIC)
2017	Base Nacional Comum Curricular	(BNCC)

É crucial identificar o órgão responsável por todas essas transformações. Compreender o papel deste órgão é essencial para contextualizar as diretrizes e políticas educacionais que orientam a reforma.

“MEC” o Ministério da Educação

Todas essas mudanças que ocorreram até aqui passaram por um órgão responsável por cuidar da educação, intitulado por “O Ministério da Educação” ou comumente conhecido como MEC, foi fundado em 14 de novembro de 1930. Originalmente, foi criado como Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, durante o governo



de Getúlio Vargas, e posteriormente passou por várias reformulações até se tornar o Ministério da Educação. De acordo com o Politize! (2024), o Ministério da Educação é responsável por formular e implementar políticas educacionais no Brasil. A criação desse ministério no Brasil representou um momento de valorização da educação que, até a Constituição de 1934, não era reconhecida como um direito de todos. Anos mais tarde, em 1953, novamente no governo Vargas, a saúde ganha um ministério próprio. Assim, surge o Ministério da Educação e Cultura – com a sigla MEC, usada até hoje. Somente em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o ministério tornou-se exclusivamente dedicado à educação. Esse é o formato adotado até hoje, mas a sigla MEC foi mantida (Politize! 2024).

1.2 Análise dos Dados

Análise Discursiva dos Principais Pontos do Ministério da Educação (MEC) sob a Ótica Neoliberal e Foucaultiana. A Análise será feita em tópicos partindo dos princípios neoliberais e o que realmente importa para o trabalho, sendo feita a análise da ideia principal, depois a discussão do que é considerado poder, e por fim o efeito discursivo na sociedade.

Secretaria de Educação Superior (SESU)

- **Elementos Neoliberais:** A SESU promove a autonomia e a eficiência das instituições de ensino superior, refletindo a ideia de que estas devem ser capazes de se auto-regular e competir no mercado educacional.
- **Poder e Conhecimento:** Legitima um tipo de conhecimento administrativo que valoriza a capacidade de auto-gestão e a responsividade às demandas do mercado.
- **Efeitos Discursivos:** Reforça a narrativa de que as universidades devem ser competitivas e autônomas para garantir a qualidade e a inovação no ensino superior.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

- **Elementos Neoliberais:** A SETEC enfatiza a formação técnica e profissional como uma resposta direta às necessidades do mercado de trabalho, promovendo a integração entre educação e setor produtivo.



- **Poder e Conhecimento:** Legitima a educação técnica como um meio eficaz de preparar a mão-de-obra para o mercado, desvalorizando uma educação mais teórica e universal.
- **Efeitos Discursivos:** Promove a ideia de que a formação técnica é essencial para a empregabilidade e o desenvolvimento econômico, alinhando a educação às demandas do setor produtivo.

Secretaria de Educação Básica (SEB)

- **Elementos Neoliberais:** A SEB promove a descentralização e a flexibilidade curricular na educação básica, refletindo a ideia de que as escolas locais são mais capazes de adaptar o ensino às necessidades específicas de suas comunidades.
- **Poder e Conhecimento:** Legitima a gestão local e a personalização do currículo como meios de melhorar a qualidade da educação.
- **Efeitos Discursivos:** Reforça a narrativa de que a educação básica deve ser adaptável e flexível, capaz de responder às particularidades regionais e individuais.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)

- **Elementos Neoliberais:** A SECADI promove a inclusão e a diversidade, abordando as necessidades individuais dentro de uma lógica que pode ser associada ao neoliberalismo, enfatizando a personalização e a igualdade de oportunidades.
- **Poder e Conhecimento:** Legitima um conhecimento inclusivo e adaptável, valorizando a diversidade e a educação contínua.
- **Efeitos Discursivos:** Promove a narrativa de que a inclusão e a diversidade são essenciais para a equidade e a justiça social, embora a implementação prática possa enfrentar desafios estruturais significativos.

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES)



- **Elementos Neoliberais:** A SERES enfatiza a regulação e supervisão das instituições de ensino superior, promovendo a ideia de que estas devem ser avaliadas e reguladas para garantir a qualidade e a competitividade.
- **Poder e Conhecimento:** Legitima a avaliação e a supervisão como ferramentas essenciais para a manutenção da qualidade no ensino superior.
- **Efeitos Discursivos:** Reforça a narrativa de que a educação superior deve ser constantemente monitorada e regulada para garantir a eficiência e a qualidade.

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE)

- **Elementos Neoliberais:** A SASE promove a integração dos sistemas de ensino e a criação de um Sistema Nacional de Educação, refletindo a ideia de que a coordenação e a cooperação entre diferentes níveis e modalidades de ensino são essenciais para a eficiência educacional.
- **Poder e Conhecimento:** Legitima a articulação e a coordenação como meios de melhorar a gestão educacional e promover a implementação efetiva de políticas educacionais.
- **Efeitos Discursivos:** Promove a narrativa de que a coordenação e a integração dos sistemas de ensino são essenciais para a eficiência e a eficácia das políticas educacionais.

Descentralização e autonomia das Instituições de Ensino.

- **Elementos Neoliberais:** A descentralização da gestão escolar e a autonomia das instituições são princípios que refletem a influência neoliberal, promovendo a ideia de que as unidades locais são mais eficientes na administração de recursos e na tomada de decisões.
- **Poder e Conhecimento:** Este ponto legitima uma forma de conhecimento administrativo que privilegia a gestão local e a flexibilização, marginalizando modelos centralizados e uniformes.
- **Efeitos Discursivos:** Reforça a narrativa de que a eficiência e a qualidade da educação podem ser alcançadas através da descentralização e da autonomia, sugerindo que a centralização é ineficaz.



Participação do Setor Privado na Educação

- **Elementos Neoliberais:** A maior participação do setor privado na educação é um princípio claramente neoliberal, que vê o mercado como um meio de melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços educacionais.
- **Poder e Conhecimento:** Este discurso legitima o papel do setor privado como parceiro na oferta educacional, desvalorizando o papel exclusivo do Estado na garantia da educação pública e universal.
- **Efeitos Discursivos:** Promove a ideia de que a qualidade da educação pode ser melhorada através da competição e da oferta diversificada, alinhando-se com a lógica de mercado.

Flexibilização dos Currículos

- **Elementos Neoliberais:** A flexibilização dos currículos reflete a ideia de personalização e adaptabilidade do ensino às necessidades do mercado de trabalho e dos interesses individuais, um princípio associado ao neoliberalismo.
- **Poder e Conhecimento:** Este ponto do discurso sugere que uma educação flexível e diversificada é superior a um currículo rígido e uniforme, valorizando abordagens pedagógicas adaptativas e contemporâneas.
- **Efeitos Discursivos:** Reforça a narrativa de que a educação deve ser dinâmica e adaptável, preparando os estudantes para um mercado de trabalho em constante mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Este estudo investigou as consequências das políticas neoliberais no Ministério da Educação (MEC) e suas implicações para a prática educativa e a sociedade em geral. Os principais achados indicam que a descentralização e autonomia das instituições de ensino, a participação do setor privado na educação, a flexibilização dos currículos e a inclusão da educação especial, embora tenham potencial para promover melhorias teóricas, tendem a exacerbar as desigualdades existentes. Instituições em regiões mais ricas são capazes de se adaptar e prosperar, enquanto aquelas em áreas menos favorecidas lutam



para manter padrões mínimos de qualidade. Este estudo contribui significativamente para o campo da educação ao fornecer uma análise crítica das políticas neoliberais no contexto brasileiro. Ele reforça as teorias que apontam os riscos de aumentar a desigualdade quando políticas de mercado são aplicadas à educação. A pesquisa também destaca a necessidade de abordar a educação de uma perspectiva mais equitativa e integrada, considerando os recursos disponíveis e as necessidades específicas de cada instituição. Com base nos resultados, recomenda-se que políticas de redistribuição de recursos sejam implementadas para garantir que todas as instituições de ensino possam fornecer uma educação de qualidade. É crucial que a participação do setor privado seja equilibrada com fortes mecanismos de regulação para evitar a marginalização do setor público. Além disso, a flexibilização dos currículos e a inclusão da educação especial devem ser acompanhadas de suporte adequado para que possam ser eficazes na prática. A educação é um direito fundamental, e é essencial que as políticas públicas garantam acesso equitativo a uma educação de qualidade para todos. Este estudo reitera a necessidade de um compromisso contínuo com a justiça social e a equidade no campo educacional.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. Crise econômica no Brasil. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em Crise Econômica no Brasil: resumo e causas - Toda Matéria (todamateria.com.br). Acesso em 14 fev. 2024.

BEZERRA, Juliana. Neoliberalismo no Brasil. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo-no-brasil/>. Acesso em 23 nov. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em: Fundeb - home — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras



providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 dez. 1968. Disponível em L5540 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: L5692 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em L9394 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em Lei nº 11.079 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em L13005 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em L13415 (planalto.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Brasília: MEC.

BRASIL. Reforma Universitária de 1968. Brasília: Ministério da Educação, 1968.

FOUCAULT, Michel. The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language. New York: Pantheon Books, 1972.

FOUCAULT, Paul Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Paul Michel. As Palavras e as Coisas Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, 2000.

FOUCAULT, Paul Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Paul Michel. Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



FOUCAULT, Paul Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Paul Michel. Sujeito, poder e saber. [S.I.]: Dissertation Studia, 2013.

FOUCAULT, Paul Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. [S.I]: Almedina Brasil, 2010.

FOUCAULT, Paul Michel. O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Brasília: INEP.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Brasília: INEP.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

OLIVEIRA, Nilton Marques de; SILVA; Nivaldo Aparecido de. De Smith ao neoliberalismo: um ensaio sobre o papel do estado na economia capitalista. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 12 - n. 23, p. 89 a 99, 2012.

PASSOS, Izabel Christina Friche. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica. Belo Horizonte, 2019.

POLITIZE!. O que faz o Ministério da Educação?. Politize!. Disponível em <https://www.politize.com.br/o-que-faz-o-ministerio-da-educacao/>. Acesso em 20 jun. 2024.

VECHI, Tiago. "Novo Ensino Médio"; Brasil Escola. Disponível em: Novo Ensino Médio: o que é, como funciona - Brasil Escola (uol.com.br) Acesso em 24 de junho de 2024.